

**REQUERIMENTO**  
**(Da Sra. Sandra Rosado)**

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à inclusão da categoria "transexual e travestis" entre as classificações de gênero empregadas pelo IBGE em suas pesquisas.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação em anexo, sugerindo a inclusão da categoria "transexual e travestis" entre as classificações empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em suas pesquisas.

Sala das Sessões, em        de        de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO

## **INDICAÇÃO Nº , DE 2014**

**(Da Sra. Sandra Rosado)**

Sugere inclusão da categoria “transexual e travestis” entre as classificações de gênero empregadas pelo IBGE em suas pesquisas.

Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Dirijo-me a V. Ex<sup>a</sup> para sugerir a inclusão da categoria “transexual e travestis” entre as classificações empregadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em suas pesquisas.

O termo “transexual” surgiu na década de 1950 para designar o indivíduo que aspirasse ou vivenciasse o papel de gênero atribuído à pessoa de sexo anatomicamente oposto ao seu. Segundo os pesquisadores Paula Prux e Flávio Kamikawa, o transexual não possui qualquer tipo de problema mental e não busca em pessoas do mesmo sexo a mera satisfação sexual. Para esses pesquisadores, “o transexual sente, pensa e age como alguém do sexo oposto e se angustia tanto com a condição de seu corpo que faz da redesignação de sexo sua maior obsessão”. Estudos estimam que o transexualismo atinja 1 em cada 10 mil homens e, em menor proporção, 1 em cada 30 mil mulheres.

O Brasil tem avançado muito no que diz respeito ao reconhecimento oficial do direito dos transexuais, inclusive ao atendimento no âmbito do Sistema único de Saúde (SUS). Desde 2008, transexuais femininas passaram a ter direito a terapia hormonal, cirurgia de redesignação sexual e

cirurgia para redução do pomo de adão e adequação das cordas vocais para feminilização da voz. Em 2013, o Ministério da Saúde publicou portaria com novas diretrizes para atendimento a transexuais pelo SUS, permitindo que transexuais masculinos tenham cirurgias para retirada de mamas, do útero e dos ovários e possam fazer terapia hormonal para adequação à aparência masculina.

Carece ao Estado, contudo, uma maior precisão nos dados sobre transexuais e travestis para calibrar, com maior eficácia, suas políticas públicas voltadas para esse segmento da população. Daí a importância de se incluir a categoria “transexual e travestis” entre as classificações de gênero utilizadas pelo IBGE em suas pesquisas. Assim fazendo, o processo de formulação de políticas públicas destinadas a esse grupo passará a se fundamentar em dados concretos, obtidos pela instituição de pesquisa demográfica de maior credibilidade no país.

Agradecemos a contribuição da Rede de Pessoas Trans Brasil RedTrans.

Sala das Sessões, em            de            de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO

2014\_1938.doc